

Ata da 11ª Reunião Ordinária do Comitê de Investimentos do Instituto de Previdência Municipal de Pouso Alegre – IPREM de 2024.

No dia 27 de novembro de 2024 reuniram-se, às 14h20min, presencialmente, na sede do IPREM, os membros do Comitê de Investimento, André Albuquerque Oliveira, presidente do Conselho Deliberativo, Anderson Mauro da Silva, presidente do Conselho Fiscal, Daniel Vieira, Diretor-Presidente do IPREM e Evelyn de Sousa Faria, Diretora Financeira. Os membros se reuniram para discutir e deliberar sobre a seguinte pauta:

- 1) Apresentação da PAI - Política Anual de Investimentos;**
- 2) Apresentação do Relatório Mensal de Investimentos;**
- 3) Apresentação das Receitas e Despesas de outubro/2024;**
- 4) Apresentação do cenário econômico;**
- 5) Movimentação de recursos dos fundos do IPREM.**

Quanto ao item 1: Foi apresentada a minuta da PAI - Política Anual de Investimentos de 2025. Evelyn explicou que a PAI é a definição da estratégia de investimentos para o próximo ano. Ela deve ser aprovada pela Diretoria Executiva, pelo Comitê de Investimentos e pelo Conselho Deliberativo. Após todas as aprovações, deve ser preenchido o DPIN - Demonstrativo da Política Anual de Investimentos no site do CADPREV até o dia 31/12. Para a elaboração da PAI, foi considerada a perspectiva do cenário econômico para 2025 dos bancos, como XP, Caixa, Itaú e Banco Central, além do histórico de rentabilidade dos fundos da carteira do IPREM, para que seja possível calcular um retorno previsto. Com a junção de cenário, retorno e risco previstos, foi definida a alocação objetivo. O limite superior previsto na PAI é o mesmo limite previsto na Resolução 4963/2021. Anelisa explicou que a estrutura e os tópicos da PAI seguem o estabelecido na legislação, e foi feita uma revisão e atualização da minuta do ano passado, com as alterações necessárias. Anelisa explicou sobre o cálculo da meta de 2025. O atuário faz os cálculos e obtém a duração do passivo em anos. Com esse número, observamos a taxa correspondente na Portaria MPS nº 1.499/2024. Considerando a taxa parâmetro definida pela duração do passivo do Fundo em Capitalização, equivalente a 4,89% a.a., e a possibilidade de acréscimo de 0,15 pontos percentuais por ano em que a rentabilidade das aplicações financeiras tenha superado a meta atuarial nos últimos 5 anos, a meta atuarial do IPREM para 2025 é de IPCA + 5,04%. **A PAI 2025 foi aprovada por unanimidade.**

Quanto ao item 2: Foi apresentado o Relatório Mensal de Investimentos referente a outubro. A **carteira líquida** teve rentabilidade mensal positivo de R\$ 1.410.319,77, no percentual de 0,32%. A rentabilidade acumulada no ano é positiva em R\$ 20.968.904,34, equivalente ao percentual de 4,84%. A **carteira ilíquida** teve, no mês, rentabilidade negativa de R\$ 178.886,80, representando o percentual de -0,40%; a rentabilidade acumulada no ano é negativa de R\$ 2.575.187,35, no percentual de -5,39%. Na **carteira total**, no mês, o resultado positivo foi de R\$ 1.231.432,97, equivalente ao percentual de 0,25%. A rentabilidade anual é positiva em R\$ 18.393.717,01, equivalente ao percentual de 4,84%, ficando 0,95% acima da meta atuarial para o período, que foi de IPCA + 4,81%. Foi apresentada a tabela de acompanhamento da PAI. Não há nenhum desenquadramento em artigos da Resolução CMN 4963/2021, porém há 6 fundos com o patrimônio superior ao permitido por fundo. **O relatório foi aprovado por unanimidade.**

Quanto ao item 2: A Diretora de Contabilidade encaminhou as informações referente às Receitas e Despesas de outubro, que foram apresentadas conforme segue: as receitas e despesas orçamentárias da fonte de recurso fonte 1800. No período de outubro as receitas orçamentárias fonte 1800 oriundas de contribuição previdenciária totalizaram R\$ 5.456.339,97; COMPREV: R\$ 345.210,08. O valor total das receitas: R\$ 5.801.550,05. A despesa orçamentária empenhada na fonte 1800 e 2800 oriunda de despesas como aposentadorias, pensões, COMPREV e sentenças judiciais totalizou o valor de R\$ 6.958.027,20.

Quanto ao item 3: De acordo com a análise da Caixa Econômica em seu Boletim mensal, em outubro, O mês de outubro foi marcado por maior aversão a risco para ativos de bolsa. Com exceção das bolsas do Japão e Itália que subiram 3,06% e 0,46% respectivamente no mês, os principais índices globais registraram perdas. Nos EUA, os temas eleição, inflação e juros dominaram as discussões do mercado financeiro. Enquanto o FED iniciou os cortes de juros, a inflação americana continuou resistente diante de estímulos fiscais, forte crescimento econômico e taxa de desemprego na mínima histórica. Assim, o mercado passou a questionar a magnitude e ritmo dos próximos cortes da taxa de juros americana, levando a ajustes nas expectativas e assim, impactando o preço das ações na região. Enquanto isso, na China, principal foco de atenção permaneceu nos efeitos dos estímulos anunciados pelo governo local que ainda parecem não ter surtido efeito relevante e na expectativa de novos incentivos para que o país atinja a meta de crescimento do PIB para este ano de 2024, o que poderá beneficiar, caso ocorram, países emergentes como o Brasil. Já no Brasil, a principal pauta girou em torno da preocupação com a deterioração fiscal do país e ajuste nas expectativas da taxa SELIC terminal em patamar mais elevado. Diante deste cenário, o principal índice brasileiro, Ibovespa, caísse 1,60% ao fechar outubro nos 129.713 pontos. Enquanto isso, no ano, o Ibovespa seguiu na contramão do globo, acumulando uma queda de 2,25% enquanto os principais índices americanos Nasdaq e S&P500 acumularam uma alta de 22,55% e 21,02% respectivamente. Na abertura do Ibovespa, no mês, os segmentos de Educação (+12,95%) e Papel e Celulose (+6,59%) foram os destaques positivos. Por outro lado, os setores de Agronegócio (-8,10%) e Saúde (-7,13%) apresentaram os piores retornos no mês. Em relação aos índices setoriais, no mês, destaque mais uma vez para o BDRX, que subiu 6,02% beneficiado pelo fortalecimento do dólar frente a divisa local. Acerca dos dados divulgados em outubro, o volume de serviços no Brasil recuou 0,4% (M/M) (agosto). Com isso, o setor de serviços se situa 15% acima do nível de fevereiro de 2020 (pré-Covid19) e 0,4% abaixo de julho de agosto de 2024 (auge da série histórica).. A indústria avançou 0,1% (M/M) em agosto, impulsionada por bens de consumo semiduráveis e não duráveis (0,4%) e bens intermediários (0,3%). Com esse resultado a produção industrial está 1,5% acima do nível de fevereiro de 2020 (pré-pandemia) e 15,4% abaixo de maio de 2011 (auge da série histórica). Já o varejo restrito mostrou redução de 0,3% (M/M), puxado por outros artigos de uso pessoal e doméstico (-3,9%), livros, jornais, revistas e papelaria (-2,6%) e equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (-2%). No tocante ao mercado de trabalho, esse continuou significativamente robusto, com destaque para a queda da taxa de desemprego (PNAD/IBGE), de 6,6% para 6,4% em setembro de 2024, mesmo com avanço da taxa de participação (62,3% para 62,4%). O saldo de empregos formais (CAGED) continuou em ritmo relevante, de forma que o Ministério do Trabalho e Emprego informou que o saldo referente ao mês de setembro foi de 247.818 vagas. o IPCA avançou +0,56% (M/M) em outubro, acelerando em relação observado no mês anterior. Foi a maior variação mensal

dos últimos 8 meses. Sendo que a variação foi superior às projeções de mercado. Com isso, o índice acumulou alta de +4,76% em 12 meses (ante +4,42% em setembro), acelerando assim nessa base comparação. Nossos erros de projeção foram disseminados entre os grupos, dentre os quais os que mais contribuíram vieram de: Alimentação e bebidas (variação de +1,06% ante projeção de +0,66%) e Despesas pessoais (+0,7% ante projeção de +0,42%). Contudo, a maior contribuição para a variação do índice, partiu do grupo Habitação, influenciado pelo expressivo aumento dos itens de Combustíveis e energia com destaque para Energia elétrica residencial. Os preços administrados avançaram +0,71% no mês, ante +1,01% de setembro. Já os preços livres aceleraram (de +0,24% para +0,5%) se tornando os principais vetores do IPCA. Nas aberturas dos preços livres, produtos industriais, alimentos e serviços aceleraram de +0,16% para +0,25%, de +0,56% para +1,22% e +0,15% para +0,35%, respectivamente. Em outubro, o grande destaque foi a aprovação, por unanimidade, na sabatina do Senado, do nome de Gabriel Galípolo para assumir o cargo de presidente do Banco Central do Brasil. Com a aprovação, o economista assumirá no começo do próximo ano a presidência do BACEN. Vale citar que ao longo do mês de outubro, Roberto Campos Neto ressaltou a importância da autonomia do Banco Central e a relevância do mandato de presidente do BCB não ser coincidente com a eleição do presidente da república. Dessa forma, o presidente da república fica 2 anos com um presidente do BCB, que foi indicado pelo presidente da república anterior. Assim, RCN, acredita que o Banco Central garante maior autonomia em suas decisões.

Quanto ao item 4: Foram sugeridas as seguintes movimentações: 1. resgates de 4 milhões do fundo “Caixa Ações Livre” e 1,2 milhão do fundo “Caixa Construção Civil”, condicionados à verificação de retorno positivo desde a aplicação. 2. Resgate de cerca de 5,2 milhões do fundo “Caixa Gestão Estratégica”. 3. Os recursos resgatados do fundo “Caixa Gestão Estratégica” serão aplicados em 1250 NTN-Bs 2035 marcadas na curva, que estão com taxas cotadas em aproximadamente 6,74, porque o prazo de resgate do fundo é D-0. 4. Os recursos resgatados dos fundos “Caixa Ações Livre”, cujo prazo de resgate é D+15, e “Caixa Construção Civil” que é D+3 somente serão resgatados se o saldo estiver positivo, e serão reaplicados no fundo “Caixa Gestão Estratégica”. A movimentação se justifica para antecipar a compatibilização com o percentual de renda variável previsto na PAI 2025. Nas movimentações o risco de crédito é zerado, pois de forma líquida será resgatada renda variável e as alocações serão feitas em títulos públicos marcados na curva de risco de crédito soberano. Há uma redução do risco de mercado, pois a aplicação será em títulos públicos marcados na curva de risco de crédito soberano com resgate de recursos em renda variável. Quanto ao risco operacional, os procedimentos de resgate e aplicação serão os definidos no "Manual do Departamento de Finanças". A sugestão de alocação gera redução do risco jurídico, pois o resgate será de fundos renda variável para alocação em títulos públicos marcados na curva de risco de crédito soberano. Com a movimentação há uma redução do risco sistêmico pois a aplicação será em títulos públicos marcados na curva de risco de crédito soberano. **A movimentação foi aprovada por unanimidade. Foi sugerida a seguinte movimentação:** 1. Resgates de 4 milhões do fundo “Itau Small Caps” e 1,2 milhão do “Caixa Construção Civil”, condicionados à verificação de retorno positivo desde a aplicação. 2. Resgate de cerca de 5,2 milhões do fundo “Itau Referenciado DI”. 3. Os recursos resgatados do fundo “Itau Referenciado DI” serão aplicados em 1250 NTN-Bs 2035 marcadas na curva. 4. Os recursos resgatados dos fundos “Itau Small Caps” e “Caixa Construção Civil” somente serão resgatados se o saldo estiver positivo, e serão reaplicados no fundo “Itau Referenciado DI”. A movimentação se justifica para antecipar a compatibilização com o percentual de renda variável

previsto na PAI 2025. Nas movimentações o risco de crédito é zerado, pois de forma líquida será resgatada renda variável e as alocações serão feitas em títulos públicos marcados na curva de risco de crédito soberano. Há uma redução do risco de mercado, pois a aplicação será em títulos públicos marcados na curva de risco de crédito soberano com resgate de recursos em renda variável. Quanto ao risco operacional, os procedimentos de resgate e aplicação serão os definidos no "Manual do Departamento de Finanças". A sugestão de alocação gera redução do risco jurídico, pois o resgate será de fundos renda variável para alocação em títulos públicos marcados na curva de risco de crédito soberano. Com a movimentação há uma redução do risco sistêmico pois a aplicação será em títulos públicos marcados na curva de risco de crédito soberano. **A movimentação foi aprovada por unanimidade. Foi sugerida à seguinte movimentação:** resgate de aproximadamente de 2 milhões do fundo "Itau Institucional DI" para complementar o pagamento da folha do mês de novembro e dos consignados. **A movimentação foi aprovada por unanimidade.** Nada mais havendo a tratar, a reunião fica encerrada às 16h00min. Foi lavrada por mim, André Albuquerque, a presente ata, assinada por todos os membros presentes do Comitê de Investimentos.

Daniel Ribeiro Vieira
Presidente

André Albuquerque
Membro

Anderson Mauro da Silva
Membro

Evelyn Sousa Faria
Membro